HISTÓRIA / DEMOCRACIA / DIREITOS

Seus dados
suas escolhas

8 **temas para entender**
e participar com consciência

Privacidade, cadastros e direitos no uso de informações pessoais

ORGANIZAÇÃO
Régys Borges da Silveira

1ª EDIÇÃO · 2026

Antes de começar

Cadastros, aplicativos e atendimentos recolhem informações que podem identificar você. Esta cartilha apresenta perguntas para compreender esses usos, reduzir exposições desnecessárias e exercer direitos. O foco é o cotidiano: saber quem pede, para quê, o que compartilha e a quem recorrer. Proteção de dados envolve deveres das organizações, não apenas escolhas individuais.

O que você vai encontrar

01 Dado pessoal pode ser mais que nome e documento

02 Algumas informações exigem proteção especial

03 Quem decide o uso precisa explicar a finalidade

04 Consentimento não é a única base legal

05 Permissão do aplicativo não é a mesma coisa que direito sobre os dados

06 Você pode pedir acesso e correção

07 Um vazamento pede resposta proporcional

08 Compartilhar também exige uma escolha

Os exemplos sem indicação de um caso real são situações didáticas. As explicações resumem regras e práticas; não substituem a consulta à fonte ou orientação para um caso pessoal.

01 Dado pessoal pode ser mais que nome e documento

Uma informação é pessoal quando se relaciona a alguém identificado ou identificável.

Identificação	Aponta diretamente para alguém?
Combinação	Pode identificar junto de outros dados?
Contexto	A quem a informação se refere?

Nome e número de documento são exemplos evidentes. Localização, identificadores digitais e registros de consumo também podem se relacionar a uma pessoa. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), protege informações pessoais em meios digitais e também em registros físicos, dentro de seu alcance.

Uma informação isolada pode parecer anônima, mas permitir identificação quando combinada com outras. Não trate a retirada do nome como prova automática de anonimização. Pergunte que pessoas podem ser reconhecidas e que consequências a circulação daquele conjunto pode produzir.

> Exemplo hipotético: Uma planilha sem nomes informa uma função ocupada por uma única pessoa e seu afastamento. A combinação permite reconhecê-la, apesar de não haver identificação direta.

Examine o conjunto e o contexto antes de considerar um registro anônimo.

Acessar a fonte [3]: Proteção de dados — arts. 1º, 3º, 5º e 12

02 Algumas informações exigem proteção especial

Dados sensíveis têm hipóteses próprias de tratamento.

Saúde	Informações sobre condição e atendimento
Identidade	Origem racial, religião e outros dados
Biometria	Vinculação a uma pessoa natural

A lei define categorias sensíveis, como dados sobre saúde, origem racial ou étnica, convicção religiosa e biometria vinculada a uma pessoa. A classificação depende do que a informação revela. Nem toda informação íntima recebe o mesmo enquadramento jurídico, embora possa exigir cuidado.

Evite compartilhar laudos completos se a finalidade pode ser atendida com menos informações. Crianças e adolescentes demandam atenção ao melhor interesse. O tratamento não se resume a obter autorização de um adulto: exige base legal, finalidade e salvaguardas compatíveis com sua proteção.

> Exemplo hipotético: Uma atividade pede comprovação de uma condição. A família pergunta quais informações são necessárias e qual canal seguro deve receber o documento, sem publicá-lo no grupo.

Pergunte por que cada informação sensível é necessária e como será protegida.

Acessar a fonte [3]: Proteção de dados — arts. 5º, II, 11 e 14

03 Quem decide o uso precisa explicar a finalidade

Coletar, guardar, consultar e compartilhar são formas de tratamento.

Responsável	Quem decide o uso?
Finalidade	Que objetivo será atendido?
Necessidade	Quais dados são indispensáveis?

A organização que decide sobre o tratamento é chamada de controladora; quem atua em seu nome pode ser operador. Os papéis dependem da atividade concreta. Para o titular, importa encontrar uma explicação compreensível sobre finalidade, duração, compartilhamento e modo de exercer direitos.

Os princípios de finalidade, adequação e necessidade limitam o uso de dados. A existência de um formulário não demonstra que todos os campos sejam indispensáveis. Perguntar para que serve uma informação é um caminho para avaliar o cadastro, sem concluir que todo pedido seja indevido.

> Exemplo hipotético: Uma inscrição em oficina pede localização permanente do celular. A pessoa pergunta como esse acesso se relaciona com a participação e se existe outra forma de inscrição.

Procure a finalidade e o contato do responsável antes de fornecer dados.

Acessar a fonte [3]: Proteção de dados — arts. 5º, VI e VII, 6º e 9º

04 Consentimento não é a única base legal

Uma autorização não resolve qualquer uso, e alguns usos têm outro fundamento.

Fundamento	Qual hipótese legal permite o uso?
Escolha	O consentimento é livre e informado?
Limite	O uso respeita a finalidade?

A lei prevê diferentes bases para tratar dados pessoais, como consentimento, obrigação legal e execução de contrato. Dados sensíveis seguem hipóteses específicas. Portanto, a ausência de uma caixa de autorização não prova, sozinha, irregularidade; assinar uma autorização também não legitima qualquer tratamento.

Quando o consentimento é a base utilizada, ele deve atender aos requisitos legais e pode ser revogado por procedimento facilitado. A revogação não torna automaticamente ilícitos os usos anteriores nem elimina obrigações de conservação. Verifique o fundamento informado e as condições concretas do serviço.

> Exemplo hipotético: Uma empresa precisa guardar registros por obrigação legal e pede consentimento separado para publicidade. A pessoa pergunta quais usos são obrigatórios e quais pode recusar.

Distinga o fundamento do tratamento da autorização para usos opcionais.

Acessar a fonte [3]: Proteção de dados — arts. 7º, 8º, 11, 16 e 18

05 Permissão do aplicativo não é a mesma coisa que direito sobre os dados

O acesso técnico deve ser examinado junto com o uso informado.

Permissão	A que recurso o aplicativo acessa?
Uso	O que faz com o que recolhe?
Revisão	É possível restringir ou desativar?

Câmera, microfone, contatos e localização podem ser úteis a uma função e desnecessários a outra. Revise as permissões nas configurações do dispositivo. Conceder uma permissão técnica não substitui a obrigação da organização de explicar o tratamento nem equivale a consentimento válido para toda finalidade.

Evite anexar documentos completos a espaços públicos ou contas não verificadas. Em um serviço, procure o aviso de privacidade e os meios de contato. Reduzir uma permissão pode limitar uma função; compare essa necessidade com o acesso solicitado, sem presumir que toda permissão representa abuso.

> Exemplo hipotético: Um aplicativo de mapas permite usar localização apenas durante a navegação. A pessoa escolhe essa opção e consulta o aviso sobre armazenamento do histórico.

Revise uma permissão e confira a finalidade correspondente no serviço.

Acessar a fonte [3]: Proteção de dados — arts. 6º, 8º e 9º

06 Você pode pedir acesso e correção

Os direitos têm procedimentos e condições que precisam ser observados.

Acesso	Que dados estão sendo usados?
Correção	Há informação incorreta?
Resposta	Qual justificativa foi apresentada?

O titular pode solicitar confirmação de tratamento, acesso e correção, entre outros direitos previstos na lei. Algumas hipóteses permitem pedir anonimização, bloqueio ou eliminação. O direito de eliminar dados não é irrestrito: podem existir fundamentos legais para conservar determinadas informações.

Procure o canal do controlador, descreva o pedido e preserve o protocolo. Forneça apenas o necessário para comprovar sua identidade de forma segura. Se a resposta não resolver a questão, consulte o órgão de proteção de dados e os demais canais cabíveis, conforme o tipo de problema.

> Exemplo hipotético: Uma pessoa pede correção do endereço e informação sobre os destinatários com quem ele foi compartilhado. Guarda a resposta e confere se o cadastro foi atualizado.

Faça um pedido específico e guarde o protocolo e a resposta.

Acessar a fonte [3]: Proteção de dados — arts. 18 e 19 • Acessar a fonte [1]: Direitos sobre os dados — seções sobre direitos e petição de titular

07 Um vazamento pede resposta proporcional

A presença de dados em uma lista não explica toda a extensão do incidente.

Sinal	O que foi confirmado?
Proteção	Que contas ou usos foram afetados?
Contato	O responsável informou providências?

Uma notícia de vazamento deve ser conferida por canais confiáveis. Não entregue mais dados a uma página desconhecida que promete verificar sua exposição. Mude credenciais comprometidas e procure o atendimento das contas afetadas por um caminho conhecido.

A lei estabelece deveres de segurança e comunicação de incidentes nas condições aplicáveis. Pergunte quais dados foram atingidos e quais orientações o responsável oferece. Não presuma que todo incidente expôs senhas ou informações financeiras; as medidas devem acompanhar o que foi efetivamente identificado.

> Exemplo hipotético: Um serviço confirma exposição de e-mails, mas não de senhas. A pessoa acompanha o comunicado oficial e reforça o cuidado com mensagens que usam aquele endereço.

Confira o incidente, proteja os acessos afetados e acompanhe os comunicados.

Acessar a fonte [3]: Proteção de dados — arts. 46 e 48 • Acessar a fonte [1]: Direitos sobre os dados — seção sobre vazamento de dados

08 Compartilhar também exige uma escolha

Informação pública não significa uso livre de qualquer limite.

Pessoa	Quem será identificável?
Objetivo	O que a publicação precisa mostrar?
Redução	Que dados podem ser omitidos?

Antes de divulgar um documento, examine nomes, contatos, assinaturas e informações de terceiros. A lei mantém princípios e direitos também para dados de acesso público. Há exceções de aplicação, como certos usos particulares e jornalísticos, e outras normas podem continuar protegendo intimidade e imagem.

Como prática de cuidado, publique apenas o necessário e use canais adequados para denúncias ou pedidos. Monte um roteiro pessoal: revisar permissões, conferir cadastros e registrar solicitações. O objetivo é tomar decisões informadas e cobrar responsabilidade, sem transferir todo o dever de proteção ao indivíduo.

> Exemplo hipotético: Para cobrar uma resposta administrativa, um grupo divulga o assunto e o protocolo, ocultando documentos pessoais anexados ao pedido.

Escolha um cadastro ou compartilhamento e aplique finalidade, necessidade e proteção.

Acessar a fonte [3]: Proteção de dados — arts. 4º, 6º e 7º, §§ 3º e 4º • Acessar a fonte [2]: Constituição Federal — art. 5º, X e LXXIX

Referências bibliográficas

Fontes em ordem alfabética. Os números identificam os links usados no texto. Os títulos originais e as datas de consulta constam de cada referência.

[1] AGÊNCIA NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS. **Perguntas Frequentes**. Gov.br, 2024. Publicada em 25 jul. 2024; atualização informada em 9 set. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/anpd/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes. Acesso em: 18 out. 2026.

[2] BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 out. 2026.

[3] BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 18 out. 2026.

Sobre esta cartilha

Para conferir antes de compartilhar

1 **QUEM ESTÁ ENVOLVIDO?**

Identifique as pessoas, instituições e responsabilidades de cada situação. Um exemplo não descreve todos os integrantes de um grupo nem permite generalizar uma conduta.

2 **QUE TIPO DE REGISTRO É ESSE?**

Uma lei estabelece regras; uma pesquisa apresenta resultados e limites; uma notícia relata um acontecimento. Exemplos hipotéticos ajudam a explicar uma ideia, mas não comprovam fatos reais.

3 **QUAL É A AVALIAÇÃO?**

Diferencie o que a fonte documenta da explicação ou recomendação desta cartilha. Confira o contexto, a data e os limites do documento antes de tirar conclusões ou compartilhar.

Sobre a pesquisa e as interpretações

Esta cartilha é um material educativo baseado em pesquisa documental e fontes identificadas. Explicações e orientações de leitura não substituem os documentos citados nem uma análise de cada caso. O objetivo é ajudar o leitor a conferir informações e participar com consciência.

O que esta seleção permite concluir

A seleção apresenta regras gerais da proteção de dados no Brasil. Há exceções, regimes específicos e outras leis aplicáveis. Não permite concluir a legalidade de um tratamento ou garantir eliminação de registros em qualquer situação.

Recorte editorial: 18 de outubro de 2026. Normas, serviços e conhecimentos podem mudar. Confira a fonte indicada antes de aplicar uma orientação.

Organização: Régys Borges da Silveira

1ª edição · Revisão editorial: 18 de outubro de 2026.

Produção com apoio de inteligência artificial (IA). Ilustrações geradas por IA, sem valor documental. Edição distribuída em formato digital; consulte as fontes pelos links do texto e das referências.

Distribuição gratuita, sem cadastro. Materiais de terceiros mantêm suas condições de uso.

Conheça os demais volumes da coleção

CONTINUE A EXPLORAR

A leitura continua

Conheça os livros de Régys Borges da Silveira e encontre sua próxima leitura.

Explore os livros →

livros.regys.com.br

Lendo no papel?

Aponte a câmera do celular para o QR code. No PDF, toque no botão ou no endereço acima.

Este convite registra apenas a cartilha de origem e uma contagem agregada de acessos, sem identificar você.